



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

CONTRATO Nº. 11.8./2016-MP/PA

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MINISTÉRIO
PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA L.SILVA &
R. ANDRADE LTDA-ME.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 05.054.960/0001-58, estabelecido nesta Cidade à Rua João Diogo nº 100, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Procurador-Geral de Justiça, Exmº. Sr. Dr. **MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES**, brasileiro, residente e domiciliado em Belém e, de outro lado, a Empresa **L.SILVA & R. ANDRADE LTDA-ME**, portadora do CNPJ sob o nº 34.680.256/0001-09, estabelecida à Av. Presidente Vargas, nº 2599, Bairro: Aparecida, Santarém/PA, CEP: 68.040-060, Fone: (93) 3063-6967, E-mail: edgas2008@hotmail.com, representada pela Sra. **RUTH HELENA LIMA DE ANDRADE**, brasileira, portadora do RG nº 2407782 – SSP/PA e inscrito no CPF/MF sob o nº 439.501.912-91, residente e domiciliado na cidade de Santarém/PA, doravante denominada **CONTRATADA**, têm por justo e contratado o que melhor se declara nas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO JURÍDICO

1.1. O presente Contrato decorre da **Dispensa de Licitação nº 028/2016, por execução indireta, preço global, vinculada ao Protocolo nº 41728/2016**, nos termos do inciso II do art. 24, da Lei nº 8.666/93; regendo-se, o mesmo, pelas regras das Leis nº 8.666/93 e 8.883/94 e demais regras do Direito Público e Privado que o subsidiarem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a **aquisição de 700 (setecentos) garrações de água mineral de 20 (vinte) litros**, para atender às necessidades das Promotorias de Justiça de Santarém/PA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS DOCUMENTOS

3.1. O documento abaixo integra o presente contrato, em tudo que não o contrarie, de forma a complementarem-se:

a) Proposta da **CONTRATADA**, datada de 12/08/2016, devidamente assinada e rubricada;

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO

4.1. O valor global do presente contrato é de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)**, conforme o disposto na proposta da Contratada, pelo fornecimento do(s) produto(s) abaixo:

Item	Descrição	Und.	Quant.	Valor Unitário	Valor total
01	Água mineral garrafão - 20 litros	garrafão	700	R\$ 5,00	R\$ 3.500,00

Parágrafo Único – No valor estabelecido nesta cláusula estão incluídos todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais previstos na legislação em vigor incidentes, direta ou indiretamente e despesas de quaisquer natureza decorrentes da execução do presente contrato, sendo o valor fixo e irrevogável.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1 O pagamento será mensal efetuado pelo Departamento Financeiro do Ministério Público no prazo máximo de 20 (vinte) dias, no **BANPARÁ, Banco 037, Agência nº 003, Posto 00, Conta Corrente nº 229.125-8**, após o recebimento definitivo do objeto licitado, mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente atestada pelo FISCAL, referente aos produtos efetivamente entregues, os quais observarão as especificações exigidas no Contrato.

Andrade



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

- 5.1.1. Pagamentos através de código de barra só poderão ser realizados caso a empresa possua convênio com o Banco do Estado do Pará (BANPARÁ), uma vez que todos os pagamentos são realizados através do SIAFEM (Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios).
- 5.1.2. O pagamento será efetuado no prazo previsto no item 5.1 salvo atraso na liberação de recursos pela Secretaria Executiva de Planejamento, Orçamento e Finanças – SEPOF.
- 5.1.3. Caso o contratado não possua conta no Banco BANPARÁ, será cobrada pelo Banco taxa referente ao DOC/TED, que é automaticamente descontada no valor depositado para pagamento da prestação do serviço.
- 5.2 A Contratada deverá encaminhar, junto com a nota fiscal, os seguintes documentos:
- 5.2.1. Certidão conjunta negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da União;
- 5.2.2. Certidão negativa de débitos relativos às Contribuições Previdenciárias;
- 5.2.3. Certificado de regularidade do FGTS – CRF;
- 5.2.4. Certidão negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- 5.2.5. Certidão negativa de débitos com Fazenda Estadual;
- 5.2.6. Certidão negativa de débitos com a Fazenda Municipal;
- 5.3 Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será suspenso para que a adjudicatada tome medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 5.4 O atesto da nota fiscal será efetuado no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis contados do recebimento definitivo do material pelo responsável pela FISCALIZAÇÃO;
- 5.5 A nota fiscal que contiver erro será devolvida à contratada para retificação e reapresentação iniciando a contagem dos prazos fixados para o ATESTO a partir do recebimento da Nota Fiscal corrigida.
- 5.6 Não efetuado o pagamento pelo CONTRATANTE no prazo estabelecido na sub-cláusula 5.1, e desde que não haja culpa da ADJUDICADA, os valores correspondentes à fatura serão atualizados financeiramente com base no critério abaixo especificado, em observância ao art. 40, XIV, "c" da Lei 8.666/93 e suas alterações.

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM=Encargos Monetários

N=Número de dias entre a data prevista para o pagamento e do efetivo pagamento

VP=Valor da parcela a ser paga

I=Índice de atualização financeira = 0,0001644, assim apurado:

$$I = \frac{(TX/100)^{365}}{365} = \frac{(6/100)}{365} = 0,0001644$$

TX=Percentual da taxa anual=6%

CLÁUSULA SEXTA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato referentes à alteração quantitativa do objeto nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº. 8.666/93, salvo a exceção prevista no § 2º do referido artigo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

Para atender às despesas do presente Contrato, o Ministério Público, valer-se-á de recursos orçamentários na função programática:

Classificação: 12101.03.122.1434.8332 – Operacionalização das Ações Administrativas

Elemento: 3390-30 – Material de Consumo

Indiscreto



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

Fonte: 0101 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA OITAVA - DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA, RECEBIMENTO

- 8.1. A entrega dos produtos será semanal, conforme solicitação da fiscalização.
- 8.2. A contratada deverá efetuar as entregas dos produtos no prédio do Edifício do Ministério Público – na Travessa Senador Lemos, nº 60 e na Travessa 15 de agosto, nº 120, Centro, Santarém/PA, correndo por conta da contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes do fornecimento, se for o caso.
- 8.3. O produto a ser entregue deverá estar embalado, identificado e acondicionado de acordo com as especificações técnicas;
- 8.4. O recebimento do produto pela FISCALIZAÇÃO se dará em duas etapas:
- b) Definitivamente, com a aceitação no prazo de **10 (dez) dias** a contar da entrega do produto, mediante verificação de sua conformidade.
 - c) Os objetos serão recebidos e conferidos por servidor designado por esta Instituição.
- 8.4. Na hipótese de ser verificada a impropriedade do produto no ato da entrega, o mesmo será imediatamente rejeitado, no todo ou em parte, a critério da FISCALIZAÇÃO responsável pelo recebimento, sendo o fornecedor notificado a proceder à substituição no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sendo-lhe, ainda, concedidos 02 (dois) dias úteis para retirada do produto ou parte do que foi rejeitado.
- 8.5. O recebimento do produto não exclui a responsabilidade civil e penal da contratada.
- 8.6 - Relativamente, ao disposto nesta cláusula, aplicam-se também, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 9.1 O presente Instrumento terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data da sua publicação no Diário Oficial do Estado do Pará, não podendo ser prorrogado, salvo se ocorrer qualquer um dos motivos do art. 57 §1º, da lei 8.666/93, que implique a prorrogação dos prazos de execução e, consequentemente, exija a prorrogação da vigência do contrato, observado o *caput* do mesmo dispositivo legal.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1. Sem que a isto limite seus direitos, terá o Ministério Público as seguintes garantias:
- 10.1.1. Receber o objeto de acordo com o que consta neste instrumento;
 - 10.1.2. Devolver o objeto em desacordo com as especificações exigidas no contrato.
- 10.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será o Órgão responsável pelos seguintes itens:
- 10.2.1. Cumprir todos os compromissos financeiros assumidos com a contratada no prazo estipulado;
 - 10.2.2. Emitir Nota de Empenho a crédito do fornecedor no valor correspondente à quantidade solicitada;
 - 10.2.3. Proporcionar todas as facilidades, inclusive esclarecimentos atinentes ao objeto, para que a empresa possa cumprir as obrigações dentro das normas e condições da aquisição.
 - 10.2.4. Indicar servidor com competência necessária para proceder o recebimento dos objetos e atestar as Notas Fiscais após a verificação das especificações técnicas, da qualidade, da quantidade e preços pactuados;
 - 10.2.5. Promover, através de seu representante, o acompanhamento e a fiscalização do objeto contratado, sob os aspectos qualitativos e quantitativos, prazos de vigência e entregas, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando ao Órgão por escrito as advertências e as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;
 - 10.2.6. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste contrato e seu anexo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. Sem que a isto limite suas garantias, a contratada terá os seguintes direitos:



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

- 11.1.1. Receber informações e esclarecimentos necessários ao cumprimento das condições estabelecidas;
- 11.1.2. Receber o Atesto do recebimento do objeto contratado após verificação das especificações;
- 11.1.3. Receber formalmente a notificação de ocorrência de irregularidades que a fiscalização identificar na execução do objeto licitado, até para que possa a empresa proceder correções;
- 11.1.4. Receber o pagamento nas condições estabelecidas neste instrumento.
- 11.2. Sem que a isto limite sua responsabilidade, será a contratada responsável pelos seguintes itens:
- 11.2.1. Cumprir fielmente as obrigações assumidas, conforme as especificações neste instrumento e na proposta de preços apresentada pela empresa, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários para a **entrega** dos produtos contratados no prazo, no local e horário indicados;
- 11.2.2. Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, responsabilizando-se pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, por ocasião da **entrega** dos objetos contratados no local indicado, incluindo os possíveis danos causados por transportadoras, sem qualquer ônus ao contratante, não reduzindo ou excluindo essa responsabilidade, a fiscalização ou acompanhamento da CONTRATANTE;
- 11.2.3. Ser responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução; A inadimplência da contratada, com referência aos encargos estabelecidos neste subitem não transfere a responsabilidade por seu pagamento à Administração do Ministério Público, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual a contratada renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Ministério Público;
- 11.2.4. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo Ministério Público, durante o prazo de fornecimento;
- 11.2.5. Credenciar, junto ao Órgão, um representante para prestar os devidos esclarecimentos e atender as reclamações que porventura surgirem durante a execução;
- 11.2.6. Manter durante todo o prazo de vigência da relação obrigacional com a Contratante a regularidade com o fisco, com o sistema de seguridade social, com a legislação trabalhista, normas e padrões de proteção ao meio ambiente e cumprimento dos direitos da mulher, inclusive os que protegem a maternidade, sob pena da rescisão contratual, sem direito a indenização conforme preceitua o art. 28, §4º da Constituição do Estado do Pará, assim como todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais, vigentes, sendo a única responsável por prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.
- 11.2.7. Quando por problemas técnicos os prazos citados no contrato não puderem ser cumpridos, a contratada deverá comunicar por escrito ao Órgão a qual caberá aceitar ou rejeitar as justificativas;
- 11.2.8. Manter, durante toda a execução, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Dispensa nº 042/2014 que sejam compatíveis com as obrigações a serem assumidas:
- 11.2.8.1. **Regularidade Fiscal** com a Fazenda Nacional, o Sistema de Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- 11.2.8.2. **Regularidade Fiscal** perante as Fazendas Estaduais e Municipais da sede da licitante;
- 11.2.8.3. **Regularidade Trabalhista**;
- 11.2.8.4. **Cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal/88** (trabalho de menores de idade, observada a Lei nº 9.854/1999);
- 11.2.9. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente, sem prévia e expressa anuência do Ministério Público; não sendo aceita, sob nenhum pretexto, a transferência de responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;
- 11.2.10. A contratada é obrigada a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

11.2.11. Manter endereço e telefone para contato permanentemente atualizados; informando ao Órgão de qualquer alteração necessária à consolidação dos ajustes decorrentes da ARP/Contrato, tais como: mudança de endereço, razão social, telefone, fax, dissolução da sociedade, falência e outros;

11.2.12. Comunicar imediatamente à Administração, bem como ao responsável pela fiscalização, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias, em qualquer tempo até o final da garantia;

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTE

12.1. O preço é fixo e irrevogável.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

No caso de a contratada deixar de executar total ou parcialmente o objeto da contratação, ficará sujeita à aplicação das penalidades abaixo descritas, respeitado seu direito ao Contraditório e à Ampla Defesa.

13.1. ADVERTÊNCIA

13.1.1. Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos serviços ou na sua conclusão e não traga sérios prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;

13.2. MULTA

13.2.1. De 0,5% ao dia até o limite máximo de 7,5%, sobre o valor total **da respectiva nota de empenho**, nos casos de atraso injustificado nos prazos de:

- I. Retirada/aceite da nota de empenho;
- II. Entrega do objeto;
- III. Substituição do objeto.

13.2.1.1. Após o 15º dia de atraso dos prazos previstos, sem justificativa aceita pela Administração, o objeto será considerado como inexecutado;

13.2.2. De 15%, sobre o valor total **da respectiva nota de empenho**, nos casos de:

- I. Entrega parcial dos objetos;
- II. Não substituição de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução parcial;
- III. outras hipóteses inexecução parcial do objeto.

13.2.3. De 20%, sobre o valor total **do respectivo item**, nos casos de:

- I. recusa injustificada em retirar/aceitar a nota de empenho, desde que configure inexecução total;
- II. recusa injustificada em iniciar a entrega dos objetos, desde que configure inexecução total;
- III. não substituição de objeto recusado ou com vícios, desde que configure inexecução total;
- IV. outras hipóteses de inexecução total do objeto.

13.2.4. De 5% sobre o valor total **da respectiva nota de empenho** nos casos de irregularidade no cumprimento do objeto, não referidos nos itens anteriores.

13.2.5. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

13.2.6. Havendo garantia de execução do contrato, o valor da multa será descontado desta. Não havendo ou caso o valor da multa seja superior à garantia referida, a diferença será cobrada administrativamente pela Contratante, ou ainda judicialmente.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

13.3. SUSPENSÃO

13.3.1. Nos casos de inexecução total ou parcial do objeto ou irregularidades na execução, não justificada e/ou não aceita pela Administração, aplicar-se-á Suspensão Temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Ministério Público do Estado do Pará, pelo período de até 02 (dois) anos, na seguinte graduação:

- I. 1 (um) ano, nos casos de inexecução parcial ou irregularidades na execução do objeto;
- II. 2 (dois) anos, nos casos de inexecução total.

13.4. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE

13.4.1. No caso de inexecução do objeto que configure ilícito penal, será declarada a inidoneidade da Contratada para licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

14.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

- 14.1.1. Unilateralmente nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do Art. 78 da Lei nº. 8.666/93;
- 14.1.2. Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da Dispensa;
- 14.1.3. Judicialmente, nos termos da Legislação Processual.

14.1.4. No caso de rescisão Contratual, devidamente justificada nos autos do Processo, terá o contratado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, para apresentar o contraditório e a ampla defesa.

14.2. A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO

15.1. Será designado o servidor para representar a Administração no exercício do dever de acompanhar e fiscalizar a execução do presente contrato, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

16.1. A publicação do presente Instrumento em extrato, no Diário Oficial do Estado, ficará a cargo do Contratante, no prazo e forma disposto na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

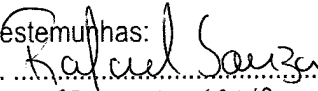
17.1. Fica eleito o foro da Justiça Estadual do Pará, Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato.

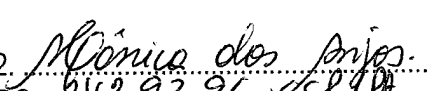
E por estarem justos, contratados e de comum acordo, assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, que declaram haver lido, na presença de duas testemunhas, para que possa produzir seus efeitos legais.

Belém-Pa, 31 de outubro de 2016


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Contratante


L SILVA & R. ANDRADE LTDA-ME
Contratada

Testemunhas:
1. 
RG: 730.44.91.505/PE

2. 
RG: 242.93.96.35/PA

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, E CUMPRE-SE.
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA.
 Belém, 25 de outubro de 2016.
MARCOS ANTÔNIO FERREIRA DAS NEVES
 Procurador Geral de Justiça.

Protocolo: 115731

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053/2016-MP/PA
OBJETO: Contratação de SEGURO TOTAL COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS para os veículos da frota oficial do Ministério Público do Estado do Pará.

HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta do Processo nº 094/2016-SGJ-TA que ensejou o Pregão Eletrônico nº. 053/2016-MP/PA, empreitada por preço global, no tipo menor preço e, diante do julgamento do Pregoeiro, designado pela PORTARIA Nº. 5947/2016-MP/PGJ, de 16/09/2016, homologo o resultado do certame mencionado a favor da empresa abaixo, para todos os efeitos previstos em lei.

Grupo/Item	Empresa	Valor Global
001	PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS CNPJ: 61.198.164/0001-60	R\$ 38.382,77

Valor total do certame: **R\$ 38.382,77.**

Encaminhe-se os autos à Atividade de Licitações para as providências pertinentes.

Belém, 01 de novembro de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
 Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 116245

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 052/2016-MP/PA
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE APARELHOS TELEFÔNICOS.

HOMOLOGAÇÃO

Tendo em vista o que consta do Processo nº 138/2016-SGJ-TA que ensejou o Pregão Eletrônico nº. 052/2016-MP/PA, empreitada por preço global por item, no tipo menor preço e, diante do julgamento do Pregoeiro, designado pela PORTARIA Nº 4895/2016-MP/PGJ, de 05/08/2016, homologo o resultado do certame mencionado a favor das empresas abaixo, para todos os efeitos previstos em lei:

Item	EMPRESA	VALOR GLOBAL
01	OFFICE DO BRASIL IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI - EPP CNPJ 11.094.173/0001-32	R\$ 15.120,00
02	JMF COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME CNPJ 11.036.136/0001-78	R\$ 6.035,00

Valor Global do Certame: R\$ 21.155,00.

Encaminhe-se os autos à Atividade de Licitações para as providências pertinentes.

Belém, 31 de outubro de 2016.

MARCOS ANTONIO FERREIRA DAS NEVES
 Procurador-Geral de Justiça.

Protocolo: 116247

CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
NO DO CONTRATO: 119/2016-MP/PA.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO:
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2016-MP/PA.

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa STOQUE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA (CNPJ: 05.388.674/0006-33).

Objeto: Serviço de Assistência Técnica, incluindo mão-de-obra e peças de reposição, para equipamentos Xerox - modelo 4112, com módulo de acabamento acoplado.

Data da Assinatura: 31/10/2016.

Vigência: 03/11/2016 a 02/11/2017.

Valor Global: R\$ 37.999,92 (trinta e sete mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332;

Elemento de Despesa: 3390-39 ; Fonte: 0101.

Foro: Belém.

Ordenador responsável: Marcos Antonio Ferreira das Neves.

Endereço da Contratada: SIG quadra 03, bloco B, loja 106,

Zona Industrial Brasília - DF, CEP: 70.610-430.

Protocolo: 116273

Nº. DO CONTRATO: 118/2016-MP/PA
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº. 028/2016.

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa L.SILVA & R. ANDRADE LTDA-ME.

Objeto: Aquisição de Água Mineral.

Data da Assinatura: 31/10/2016.

Vigência: 03/11/2016 a 02/11/2017

Valor Global: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332.

Elemento de Despesa: 3390-30- Material de Consumo.

Fonte de Recurso: 0101.

Foro: Belém.

Ordenador responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Protocolo: 115722

Nº. DO CONTRATO: 117/2016-MP/PA
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: DISPENSA DE
LICITAÇÃO Nº. 029/2016.

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e o Sr. ERIVELTO MIRANDA COSTA CRUZ e a Sra. SIMONE MARIA MORAES CRUZ (CPF: 244.427.122-04 e 393.101.162-34) respectivamente.

Objeto: Locação de imóvel situado na Av. Jarbas Passarinho, nº 293, Centro, CEP: 68.520-000, São Domingos do Araguaia/PA, que será utilizado como sede da Promotoria de Justiça de São Domingos do Araguaia/PA.

Data da Assinatura: 31/10/2016.

Vigência: 03/11/2016 a 02/11/2017

Valor Global: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.8332.

Elemento de despesa: 3390-36.

Fonte de Recurso: 0101.

Foro: Belém.

Ordenador responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Endereço das Partes: Rua João Diogo nº 100, Cidade Velha,

CEP: 66015-160, Belém-PA e Rua C 26, Quadra 144, Lote

03, bairro Cidade Jardim, CEP: 68.083-010, Marabá/PA,

respectivamente.

Protocolo: 115821

Nº. DO CONTRATO: 116/2016-MP/PA

Modalidade de Licitação: Adesão nº 011/2016-MP/PA a Ata de Registro de Preços nº 027/2015 do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA - RIO GRANDE DO NORTE.

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa TELC TELECOM EMPREENDIMENTOS LTDA (CNPJ: 04.841.288/0001-88).

Objeto: Aquisição de 01 (uma) unidade de Expansão da Solução de Proteção de rede com características de Next Generation Firewall (NGFW) para Segurança de Informação Perimetral que inclui Firewall, Controle de Aplicação Administração de Largura de Banda (QoS), suporte para conexões VPN IPSec e SSL, IPS, prevenção contra ameaças de vírus, spywares e malwares "ZERO DAY", filtro de url, bem como controle de transmissão de dados e acesso a internet.

Data da Assinatura: 31/10/2016.

Vigência: 03/11/2016 a 02/05/2017

Valor Global: R\$ 430.000,00 (quatrocentos e trinta mil reais).

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.126.1434.8326.

Elemento de despesa: 4490-52.

Fonte de Recurso: 0101.

Foro: Belém.

Ordenador responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Endereço das Partes: Rua João Diogo nº 100, Cidade Velha,

CEP: 66015-160, Belém-PA e Rua Botafogo, nº 66,

bairro Jardim Guanabara, CEP: 78.010-670, Cuiabá/MT,

respectivamente.

Protocolo: 115818

TERMO ADITIVO A CONTRATO

NO DO CONTRATO: 071/2014-MP/PA

Objeto do Contrato: Consiste na execução de obra para ampliação das instalações físicas das PJ de Castanhal.

Valor do Contrato Original: R\$ 2.963.517,06.

Modalidade de Licitação: Concorrência 003/2014-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa CAP

ENGENHARIA LTDA (CNPJ: 05.588.494/0001-90).

Objeto e Justificativa do Aditamento: Prorrogação do prazo de

Vigência e de Execução, por mais 180 (cento e oitenta) dias, nos

termos do Art. 57, § 1º, I da Lei 8.666/93.

Valor do Aditamento: R\$ 00,00.

Data de Assinatura: 31/10/2016.

Vigência do Aditamento: 31/01/2017 a 29/07/2017.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.7574.

Elemento de despesa: 4490-51.

Fonte de Recurso: 0101.

Ordenador Responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Aditivos Anteriores: 1º TA: Reajuste de Valor (DOE: 06/05/2016)

e 2º TA: Prorrogação do prazo de vigência e de execução (DOE: 29/06/2016).

Protocolo: 115798

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

NO DO TERMO ADITIVO: 5

NO DO CONTRATO: 015/2014-MP/PA

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa ARRAIS & CIA LTDA-ME.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Alteração da Cláusula

Quarta, que trata do Preço.

Data de Assinatura: 31/10/2016.

Termos Aditivos Anteriores: 1º Termo Aditivo: alteração do subitem 8.6.3.3. da Cláusula Oitava do Contrato Original (D.O.E. 15/05/2014); 2º Termo Aditivo: prorrogação do prazo

de vigência e reajuste de valor (D.O.E. 24/02/2015); 3º Termo

Aditivo: prorrogação do prazo de vigência (D.O.E.: 21/01/2016);

4º Termo Aditivo: Alteração da Cláusula Décima Segunda do

Contrato Original, que trata do reajuste (D.O.E.: 08/04/2016).

Endereço do Contratado: Alameda Moça Bonita, nº 97, Bairro:

Castanheira, CEP: 66.645-010, Belém/PA.

Ordenador Responsável: Dr. Marcos Antônio Ferreira das Neves.

Protocolo: 115718

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

NO DO TERMO ADITIVO: 50

NO DO CONTRATO: 067/2014-MP/PA

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a Empresa R&A

COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS TELEFÔNICOS LTDA-EPP.

Objeto e Justificativa do Aditamento: Reajuste de Valor.

Data de Assinatura: 31/10/2016

Vigência do Aditamento: -

Valor mensal reajustado: 11.552,14 (Onze mil, quinhentos e

cinquenta e dois reais e quatorze centavos)

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.1434.7573.

Elemento de despesa: 3390-39

Fonte de Recurso: 0101.

Termos Aditivos Anteriores: 1º Termo Aditivo: alteração das cláusulas Nona e Décima Segunda do Contrato Original (DOE: 26/11/2014); 2º Termo Aditivo: prorrogação do prazo de

vigência (DOE: 28/07/2015); 3º Termo Aditivo: Reajuste de

Valor (DOE: 14/12/2015); 4º Termo Aditivo: prorrogação do